

possam reduzir ao puro *sujeito-livre* ideal que é o indivíduo, parecem-lhe ininteligíveis, por serem, antes de mais, eticamente inaceitáveis. É a versão inversa do pacto social de Rousseau: o sonho de um anti-pacto que nos devolva à nossa *liberdade original*, para, a partir dela, organizarmos a *comunidade humana*, concreta e fraterna, que nos proteja das diversas espécies de «monstros frios» que são as grandes máquinas colectivas que chamamos «nação» e a sua forma política «estado». A par de outras do género associação, grupo ou partido que roubem a substância à nossa «livre existência».

Reconhecemos aqui o «pathos» específico da ideologia de Esquerda. Esta exigência individualista — bem compreensível na sua função utópica — leva J. Martins Pereira a denunciar com um certo humor corrosivo as diversas versões de «esquerda» que têm monopolizado o nosso fervor político desde o 25 de Abril. Não custa muito concordar com bom número das suas críticas a essas versões. Aparte o rápido momento em que o «indivíduo» J. Martins Pereira se sentiu «livre» no espontaneísmo de esquerda de 75, tudo é arremedo e caricatura. É apenas à *ideia de Esquerda*, como permanente dever-ser que J. Martins Pereira oferece a sua esperança, excluindo dela a Esquerda existente e, em particular, a que se auto-identifica com *Socialismo*. Esquerda é mero futuro. Isso lhe permite satirizar com verve e alguma pertinência, o que de facto há de *não-esquerda* ou de *anti-esquerda* nas formas institucionais que pretendem incarná-la. Sozinho, na sua pura ilha-Esquerda, definida em função de uma imagem *mítica do intelectual* (de perfil sartriano), J. M. Pereira, critica com mão severa, embora amigável, os *ilusos* voluntários dessa pseudo-Esquerda. São todos aqueles que, em metáfora caprichosa, apelida de «falsos avestruzes». Não é difícil utilizar a mesma metáfora, positivamente, para designar os que *não* enterram a cabeça na areia para ver melhor «a esquerda que há»... E nela, a de João Martins Pereira.

**D**iscurso de futura esperança, o de **No reino dos falsos avestruzes**, impregnado de salutar e pouco comum boa-fé, é também um discurso de nostalgia silenciada, da ilusão revolucionária perdida. Na sua sinceridade, no seu tom frontal e provocador há uma contribuição de preço para o repensamento e problematização da Esquerda impostos pelo nosso passado recente e, não menos, pela sua complexa e ambígua aventura noutros quadrantes. Mas por mais aguda que seja a radicalização dessa problemática, não se pode fazer a economia da aventura histórica, concreta, da Esquerda e, em particular, da que se definiu, em certo momento, como *Socialismo*. A «ideia de Esquerda» não é só, nem fundamentalmente, a «Esquerda como Ideia», exigência ideológica e ética sem cessar diferida. É *ideia incarnada* historicamente, com maior ou menor felicidade, na trama da vida colectiva, como processo de emancipação (auto-emancipação) em todos os campos da actividade humana. A esse título, pode passar — e tem passado vezes sem conta — através de processos, homens, instituições ou iniciativas que não «pareciam» de Esquerda. Como inversamente, experiências alienantes da condição humana tiveram — ou continuam a ter — lugar sob etiqueta «progressista» ou «revolucionária». O que significa que, também neste domínio, só o conhecimento e a análise do processo histórico, sem preconceitos, nos permite distinguir, embora numa certa ambiguidade, acaso insolúvel, aquilo que realiza ou falha a incarnação dessa vontade emancipadora que a ideia de Esquerda veicula. Que mais não seja, essa leitura permite descobrir sem pena que as evidências e os lugares-comuns do consenso social presente (de Direita ou de Esquerda) são as utopias ou as exigências desmedidas da Esquerda de ontem. Prova de que, mesmo através das suas incarnações frustradas, a Ideia se fez Vida. É isso que nos impede de aceitar a proposição radical de João Martins Pereira de apagar ou esquecer tudo para começar a partir de zero. Ao fim e ao cabo, também Robinson foi herdeiro.

Vence, 25 de Agosto de 1983

**EDUARDO LOURENÇO**

## Um Grito na Noite

**A**petece chamar a este livro «um grito na noite», de tal maneira se percebe que o autor quer desabafar o seu desgosto de não ter dado tudo quanto estava em seu poder para realizar a *esperança da Esquerda* que em seu parecer se consubstanciou no 25 de Abril de 1974. «*Vontade de dizer tudo o que me viesse à cabeça, libertar-me ao menos da culpa de não o ter dito. Claro que isto era (é) muito mais importante para mim mesmo do que para quaisquer eventuais leitores*».

Compreende-se também que o autor diga no seu livro que «*escrito apressadamente, sob um impulso em que se misturaram a revolta e a necessidade, não se espere uma análise rigorosa, nem finuras de estilo*». Distingamos: a «*análise rigorosa*» exige tempo e reflexão; mas as «*finuras de estilo*» são coloquiais e espontâneas, e pedem por vezes o esquecimento da «*análise rigorosa*». Talvez que não haja bastante «*análise rigorosa*» neste livro; mas as «*finuras de estilo*» não faltam. Eis um exemplo:

«*Disse alguém há tempos — e nem será nada de novo — que 1820 terá sido o primeiro passo do republicanismo triunfante 90 anos mais tarde. Será pessimismo admitir que 1974 terá sido o primeiro passo do socialismo? Chega para me manter vivo*» (p. 8). Isto é evidentemente uma figura de estilo, uma «*proporção*» verbal, como as que se encontram nos pregadores do século XVII: Se de A se seguiu A', então de B se seguirá B'. A' é bom, melhor que A. Por outras palavras o primeiro passo para a República foi bom, a República, obviamente foi melhor; e como o 25 de Abril foi o primeiro passo para o Socialismo, segue-se que também foi bom, visto que por definição (?) o Socialismo é óptimo. É uma questão de palavras, mas nenhum engenheiro se contentará com esta espécie de proporção pseudo-geométrica. Resta demonstrar uma infinidade de coisas, entre elas se a República foi uma coisa boa, e se o Socialismo que virá terá alguma coisa que ver com as amostras do 25 de Abril, etc., etc. Mas, por este exemplo, vê-se que João Martins Pereira gosta muito de palavras.

A sua obsessão é a palavra «Esquerda». «*Os atemorizados analistas de Direita se esfalfam a combater contra o que dizem não existir — a Esquerda*» (p. 8/9). Mas será que a Esquerda existe mesmo? O autor não parece muito convencido: «*A ideia de esquerda — diz ele — está ainda por construir*». E para essa construção lança ele «*umas desgarradas pedras*» na 2.ª parte do seu livro (p. 9). Portanto a Direita está atacando em vão, julgando que há um alvo chamado Esquerda, e a Esquerda está-se queixando em vão contra ataques que lhe não são dirigidos.

É este o resultado de razoar mais com palavras do que com ideias, o que não impede o autor de dizer que «*é na ordem burguesa liberal*» e «*democrática*» que a carga mítica do discurso político e cultural desempenha uma função primordial (p. 23-24). Nós diríamos o contrário.

A primeira parte do livro, intitulada «O pântano democrático» é a crítica da presente situação política (e também económica) em que o País se encontra. Tirando umas poucas relevantes e pouco originais considerações sobre o inconsciente colectivo de um povo, motivadas por uma obra de Eduardo Lourenço, é nesta primeira parte que encontramos mais matéria para reflexão. O autor vê na actual situação uma reacção à perturbação ideológica causada pelo 25 de Abril e pelo Gonçalvismo. É por isso que a palavra *democracia* tem sido tão insistentemente utilizada para caracterizar o regime (estável através de tantas peripécias) que veio depois.

A «Democracia» é um mito de afirmação, a que se agarrou um grande Pânico, se bem interpreto o texto de João Martins Pereira. Mas é uma palavra vazia, até porque corresponde a «partidos» vazios. A actual situação política «corresponde a uma escassa vinculação das forças políticas portuguesas aos interesses das bases sociais com vocação dominante». Acrescenta J.M.P.: «ausência de uma grande burguesia com verdadeiro poder económico (que é o que vem da produção e do domínio do sistema financeiro), fraca organicidade social de partidos que sobretudo funcionam como agências de colocação — são apenas dois aspectos complementares de um poder frágil, cuja gestão como a do merceiro se limita a verificar todas as noites o saldo da caixa» (p. 26).

Isto está ligado, segundo J.M.P., com a incapacidade das empresas privadas em Portugal. Estou de acordo mas não vejo nisso argumento a favor das empresas públicas, que igualmente deram as suas (más) provas.

Este diagnóstico, que subscrevo, levanta todavia um problema: Contra quem se fez o 25 de Abril, uma vez que o poder económico dominante era tão fraco? Foi o 25 de Abril realmente uma revolução com a sua base social própria, ou apenas um acidente de percurso?

O facto é que a Democracia em Portugal, criada por um grupo de capitães, é uma fachada política.

Há também os mitos de salvação como o Eanismo e a CEE. A meu ver, e nisto concordo também com João Martins Pereira, a entrada na CEE, cada vez mais improvável, só contribuiria para desorganizar mais ainda a economia nacional (há já vários anos que o venho dizendo).

Quanto ao Eanismo, que é um novo nome que se dá à desistência política que tem caracterizado as nossas camadas dirigentes, ele apenas viria confirmar, no caso de passar de mito a acto, que a solução empírica que Oliveira Salazar alinhavou para a vida nacional era a mais adequada para o país que infelizmente somos.

Esta primeira parte do livro inclui ainda uma prosa sob o título «Os cães de caça (ou os vendedores de mitos)» em que o autor inclui o meu nome sob aquelas duas designações. Para não personalizar este meu texto não discutirei as suas frases e argumentos, mas não deixarei de dizer que ninguém me reconhecerá como cão de caça de alguma pessoa, instituição, doutrina, partido ou empresa; e que, por outro lado, ficarei conhecido na história (?) como o homem que mais mitos combateu, desde os salazaristas aos marxistas, passando pelos mitos patrióticos do «plano henriquino das Índias» ou da bravura do nosso exército colonial.

Se vamos a meças quanto a mitos, não me deixei seduzir, como João Martins Pereira, pelo mito gonçalvista e abrilista, que ele assim descreve:

«É impossível estar-se esquecido das inumeráveis iniciativas colectivas a todos os níveis; do empenhamento e generosidade com que então se procurava (nem sempre bem, é claro) resolver os problemas a todos os níveis, do vigor e discussão do debate políticos sobre questões fundamentais; da procura de verdadeiramente fazer interpenetrar as Forças Armadas com a comunidade chamando aquelas a uma intervenção activa na melhoria das condições de vida das áreas onde estavam implantadas; para não ir mais longe, da esperança que se instalou, do entusiasmo que se viveu, da mobilização que se verificou» (p. 50).

Mas quem é o sujeito destas inumeráveis iniciativas, deste

A busca do subversivo-em-si é mais uma perigosa comodidade/fuga a que nos entregamos. Porque o facto é que só pode haver *subversivo-em-nós*. Duas escarpas no fundo das quais corre um rio representam um imenso potencial de energia: resta que alguém decida lá pôr uma barragem. De contrário, elas poderão servir como local de turismo, atrair alpinistas ou suicidas. O desejo, o imaginário, podem de igual modo ser subversão ou refúgio. Só o comportamento *global* de cada um nos dará a chave.

p. 134

Enfim, a Esquerda terá de compreender que em todos os campos existe *emancipação e repressão*, isto é, que no próprio seio dos grupos marginais, no interior das lutas por uma «nova cultura», existem atitudes contraditórias, ou ambíguas, existe uma Esquerda e uma Direita.

A Esquerda deveria ser o *veículo de transporte* para o interior da sociedade em que está integrada das novas ideias emancipadoras que nesses grupos e movimentos germinam. (...) Talvez isso tenha a ver com a famosa criação de «espaços de liberdade» — preferiria chamar-lhes «espaços de futuro» — no interior da própria sociedade, mas que isso se não confunda com «auto-marginalização», muito menos com «fuga exemplar».

J. M. P. p. 122

empenhamento e generosidade, desta procura, desta esperança, deste entusiasmo, desta mobilização? O sujeito, se lermos bem o texto, é «SE» que é a mais vaga das palavras, a que significa eu, tu, ele, todos, alguns, um só, ou apenas uma entidade imaginária. «SE» é impessoal e irresponsável, é todos e não é ninguém: *se procurava resolver todos os problemas*, etc. Mas quem era «SE»?

Quem é que demitiu de uma penada 24 jornalistas do «Diário de Notícias» que timidamente se queixaram de abusos do PCP? Quem é que organizou os saneamentos selvagens? Quem é que tramou a farsa do 28 de Setembro? Quem é que urdiu a cilada do 11 de Março? Quem é que preparou através dos acordos de Alvor a entrega de Angola à zona estratégica soviética e à ocupação militar cubana? Foi também SE?

E, tirante o folclore, o que é que realmente ficou do 25 de Abril? Essencialmente, alterou-se o equilíbrio estratégico mundial. Abriu-se à URSS uma posição no Atlântico sul e na África negra. Os inocentes que tanto se esfalfaram nas ruas de Lisboa correndo de um lado para o outro, como tontos, foram os coristas involuntários destes altos desígnios maquiavélicos.

«Al cuida o baio e al quem o sela», já se dizia na Idade Média. O baio sabe só que é selado, o dono sabe para quê. O fabuloso folclore do 25 de Abril foi só espontâneo nas primeiras horas; depois foi canalizado por quem sabia o que queria, e entre esses *não* estava João Martins Pereira, nem a sua «esquerda».

É a altura de nos interrogarmos sobre o que é a «Esquerda» para João Martins Pereira.

Sobre isto o Autor é bastante claro, pois não há estratégias nem compromissos que o inibam de ir ao fundo do seu pensamento: «... a Esquerda, sendo projecto, só como projecto pode ser pensada. O que não significa que não exista, como alguns pretendem, com isso não fazendo mais do que revelar que têm da Esquerda uma ideia de Direita. A Direita faz projectos (quando é capaz...), a Esquerda é *ela-própria* projecto, interrogação, descoberta, desejo — e exigência moral «contingente» ou «boa-fé». A Direita pode dar-se ao luxo de violar constantemente as suas próprias convicções para aparentemente cumprir os objectivos que delas decorrem, é — amoral. A Esquerda, cujo objectivo é o futuro, não se põe a questão ou não de violar o que «há-de-vir»: só pode ser «avaliada» pelo rigor das suas propostas, pela sua capacidade de apreensão do «desejo». É por isso mesmo que, tendo embora de optar, se recusa a optar entre Reagan e Andropov, para retomar o exemplo inicial. [...] Mas em contrapartida a Esquerda será um «campo de tensão», a tensão do inventor antes da invenção, do descobridor antes da descoberta, do poeta antes do poema — enfim

do criador antes da criação. E esse antes que necessariamente gera a tensão» (p. 103-104).

Por outras palavras: a Esquerda só existe virtual e subjectivamente.

Este texto notável e que parcialmente perfilho (e que explica todos os fracassos inevitáveis dos governos ditos de «Esquerda») torna impossível qualquer acção e qualquer responsabilidade. «Aprender o desejo» não é dar-lhe realização. Aliás, a consumação de qualquer desejo é o seu fim, e por isso há tantos amantes que hesitam no passo final, criador de hábitos e instituições, e há até poetas que preferem viver indefinidamente no antes do poema, porque sabem que as palavras, boas ou más serão o fim da tensão poética.

Mas sendo assim porque se ocupa João Martins Pereira de política, isto é, de factos? Não lhe basta sonhar? ou tocar violino? Porque é que ele tem de optar entre realizações necessariamente imperfeitas? Ele diz que tem de optar, mas não opta: as alternativas são infinitas («todas»)? Isto não é exactamente tornar impossível a opção? E pode haver política sem sucessivas opções entre alternativas actuais (e não apenas virtuais)?

A alternativa exemplificada por João Martins Pereira («entre Reagan e Andropov») é aliás significativa de um complexo inconfessável. A questão é posta nestes termos que denunciam logo a incómoda má consciência do Autor: «Um idoso ex-actor-falhado e um idoso ex-torcionário-bem-sucedido regem os destinos do mundo. Afigura-se-me lógico que o país do show-business e o país dos internamentos políticos em clínicas psiquiátricas ostentem tais dirigentes» (p. 99). A Retórica consiste em estabelecer uma aparente simetria entre termos supostos equivalentes, os quais, implicitamente, são símbolos de dois sistemas (o Capitalismo, direita, e o Socialismo realizado, também direita). Mas não será isto uma falsa simetria ilusionista? Vejamos.

Um «ex-actor-falhado» não é nada que se compare com um «ex-torcionário-bem-sucedido». Um torcionário exerce uma profissão infame. Um actor exerce uma profissão artística e estimada do público. A sua eleição para a presidência da república só seria possível num país democrático, que não reserva (como na Europa) esse género de cargos para os generais e os doutores (suspeito que em João Martins Pereira há ainda um resquício do preconceito da igreja contra os «comediantes», considerados profissão pouco digna).

Há lá comparação possível entre um actor, mesmo «falhado» e um torcionário da polícia «bem sucedido»? No nível dos significantes ou símbolos a simetria não existe. É uma simetria falsa e ilusionista. Porque usa João Martins Pereira desta retórica falhada? É porque atrás dos significantes quer ele fazer passar os significados. Reagan significa a América capitalista, Andropov a Rússia pseudo-socialista. Mas estes significados também não são simétricos, porque em relação à liberdade e aos direitos do homem a América e a União Soviética também não são equiparáveis. Na hora da verdade o fugitivo escolhe o país onde gozará de mais liberdade, como o fez Brecht, que expulso da Alemanha, preferiu a América à URSS, apesar da sua ideologia comunista.

Vou lembrar dois grandes exemplos esquecidos por aqueles que teimam em não optar, como se os dois países fossem o equivalente um do outro, antípodas no Mal. Um, é a que a campanha contra a guerra do Vietnam foi feita a partir dos Estados Unidos, com documentos divulgados na televisão e nos jornais dos USA por jornalistas americanos e transmitidos a todo o mundo, e isto além de as autoridades americanas terem permitido a visita ao local da guerra a jornalistas internacionais. Onde está a campanha equivalente em relação à guerra do Afeganistão? Onde estão os jornalistas soviéticos que denunciam aquela guerra, a testemunham e a documentam?

O outro exemplo desmente frontalmente a tese de Lénine sobre o «Imperialismo último estágio do capitalismo». Os Americanos, como se sabe, ganharam a guerra contra os Japoneses e, em consequência, ocuparam o Japão em 1945. Aplicando a doutrina de Lénine nunca mais de lá teriam saído, salvo se o mantivessem sob o seu domínio económico. Ora o que

aconteceu foi que os Americanos retiraram pacificamente quando julgaram cumprida a sua missão de «democratização» das instituições e deixaram a economia intacta na mão dos Japoneses, a tal ponto que, anos depois, os Japoneses eram os principais concorrentes económicos dos Americanos numa série longa de indústrias de exportação. O Yen é a única moeda que faz concorrência ao Dollar. Gostaríamos de saber o que teria acontecido se o Japão fosse ocupado pela URSS, a julgar pela rapina selvagem que ela tem aplicado em países vassallos, alguns avançados na industrialização, como a Checoslováquia e a Alemanha Oriental. E o que dizemos do Japão aplica-se a outros casos, como a República Federal Alemã, que recorreu a capitais americanos para a sua reconstrução e anos depois entra em concorrência económica com os Estados Unidos.

Para fazer uma cortina de fumo a esconder estes factos evidentiíssimos, enche-se muito papel com as guerras entre bandos armados e os golpes de quartel nas republiquetas sul-americanas. Esquece-se que elas não chegam a ser estados modernos nem sociedades mercantis, mas grandes fazendas conquistadas e confiscadas, a mão armada por caudilhos chefes de clans, incapazes de estabelecerem planos económicos, e encostando-se ora a capitalistas americanos, ora ao Kremlin para fazerem valer seus bandos respectivos. A União Soviética, essa, ganhou para si o caudilho Fidel de Castro, que lhe paga não só o açúcar (acentuando a monocultura colonial do açúcar, em prejuízo da independência e da autosubsistência da ilha) mas em carne de canhão para Angola e a Eritreia.

Não quero dizer com isto que os americanos são anjos ou quakers; nunca talvez em toda a História houve homens tão agressivos e empreendedores. Quero dizer que encontraram um sistema que permite a convivência de tais homens sem um estado policial e com um máximo de descentralização, que torna possível o maior pluralismo económico, político, étnico, social que, segundo é de crer, nunca teve semelhante no mundo. Exactamente o oposto do Estado centralizado, burocratizado, policiado, hierarquizado, repressivo, feito segundo o modelo de um outro Estado (o Czarismo) que o precedeu no mesmo território.

Não tem sentido para um homem que luta pela liberdade colocá-los no mesmo plano lá porque um é capitalista e outro pretensamente socialista. Entre os dois, o mais intensamente capitalista é a URSS, porque aqui o Capital está centralizado e portanto é todo poderoso, e capaz de todos os malefícios; e lá, nos Estados Unidos, o Capital é uma abstracção; porque neste país não existe o Capital, mas capitais variados, uns em concorrência com os outros e mais ou menos mal administrados, o que permite aos particulares, inclusivamente aos adversários do capital tentarem a sua chance.

Se insisto neste ponto é para caracterizar a posição de João Martins Pereira. Ele não quer dar pretexto a que a chamada Esquerda o acuse de ser homem de Direita. Mas escolher entre os dois o regime pluralista, o que oferece actualmente mais chances para a iniciativa, não é fazer uma escolha de esquerda? É isso que João Martins Pereira não quer reconhecer perante si próprio, porque a sua formação marxista lhe deu o gosto da economia centralizada e planificada. Por outro lado, como esse outro tipo de economia, personificada pelo «torcionário Andropov» deu no que se sabe, ele também não pode identificar-se com ele. É para evitar a escolha que ele define a esquerda como uma virtualidade, um projecto, um desejo, que nunca se contradiz, porque nunca existe de facto.

Haveria mais que dizer deste livro, que é obra de uma verdadeira vocação de escritor. A meu ver, escritores como João Martins Pereira, preocupados acima de tudo com os problemas éticos, têm uma função a desempenhar na nossa sociedade. Eles podem-se enganar como homens políticos, mas cabem-lhes uma verdadeira liderança intelectual de que o País está carecido, pois o oportunismo, a opacidade de consciência, o carreirismo imperam entre os nossos homens de letras como entre os nossos políticos. Livros como este podem despertar uma consciência pública adormecida.

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA